

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FIANÇEIRA
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

BRASÍLIA - 2013



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FIANCEIRA
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, e Decisão Normativa TCU nº 119/2012.

Unidade: FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Brasília, 30 de abril de 2013



Sumário

INTRODUÇÃO	5
RELATÓRIO DE GESTÃO/2012.....	6
I - QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	6
1.2. Finalidade e Competência Institucionais da unidade jurisdicionada.....	7
1.3. Apresentação do organograma funcional.....	8
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.	9
2.3. Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando, por exemplo:.....	9
a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;	9
b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso;.....	9
c) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.....	9
PLANO DE APLICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	11
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	13
a) Identificação do programa;	13
b) Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa;	13
DOTAÇÃO AUTORIZADA PELA SOF.....	13
DESPESAS EXECUTADAS PELO DEADI COM RECURSOS DO FMD / FRO	14
DESPESAS EXECUTADAS PELO COMANDO DA MARINHA	14
DESPESAS EXECUTADAS PELO COMANDO DO EXÉRCITO.....	15
DESPESAS EXECUTADAS PELO COMANDO DA AERONÁUTICA COM RECURSOS DO FMD / FRO.....	16
c) Avaliação dos resultados dos indicadores associados ao programa;.....	17
d) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas;.....	17
e) Reflexos dos restos a pagar na execução dos programas.....	17
4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício:	17
Função, subfunção e programa de vinculação da ação;	17
Metas e desempenhos físicos e financeiros;	17
Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações;	17
Reflexo dos restos a pagar na execução das ações.....	17
4.3. Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:.....	17
Identificação das unidades orçamentárias (UO) consideradas no relatório de gestão;.....	17
Programação orçamentária das despesas correntes;.....	18
QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	19
QUADRO RESUMO DAS DESPESAS DO FMD NO EXERCÍCIO DE 2012.....	20
Movimentação de créditos interna e externa;.....	21
5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	21
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	22
7. DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR.....	23
CONCLUSÃO	23



LISTA DE QUADROS

I - Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
II – Organograma Funcional.....	9
III – Plano de Aplicação Orçamentária.....	11
IV- Quadro A.3.1. – Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ.....	12/13
V – Dotação Autorizada pela SOF.....	14
VI – Despesas executadas pelo Deadi.....	15
VII – Despesas Executadas pelo Comando da Marinha.....	15
VIII – Despesas Executadas pelo Comando do Exército.....	16
IX – Despesas Executadas pelo Comando da Aeronáutica.....	17
X – Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	18
XI – Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes.....	19
XII – Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....	20
XIII – Quadro Resumo das Despesas.....	21
XIV – Quadro da Movimentação de Crédito Interna e Externa.....	22
XV – Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	22
XI – Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCl.....	23
XVI – Quadro A.11.1 – Declaração Plena do Contador.....	24



INTRODUÇÃO

O Fundo do Ministério da Defesa (FMD), de natureza contábil, instituído pela Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985, com a denominação de Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas (Fundo do EMFA), nomenclatura alterada pelo art. 17-A da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, destina-se a integrar os recursos orçamentários e financeiros com o objetivo de proporcionar meios para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de interesse militar.

Nesse cenário de atuação e com o propósito de demonstrar a transparência da aplicação dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 12.595, de 20 de janeiro de 2012, o FMD faz registrar – através do Relatório de Gestão – a destinação do seu orçamento.

O Fundo do Ministério da Defesa tem como objetivo prover a administração central do Ministério da Defesa e aos Comandos das Forças Armadas, os meios administrativos para implementação de seus programas finalísticos.

O Relatório de Gestão (RG) está estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, e Decisão Normativa TCU nº 119/2012.

Especificamente, no que tange a descentralização dos recursos do FMD para o Departamento de Administração Interna (Deadi), tais recursos têm aplicação direta na manutenção dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), taxa de condomínios de PNR vagos, taxas extraordinárias dos PNR, taxas de água, esgoto, energia elétrica e Taxa de Limpeza Pública (TLP) dos PNR desocupados do MD, e ainda, num contexto mais amplo, visam atender despesas com pesquisas, objetivando o desenvolvimento de ações militares e atividades relativas à Comissão de Estudos de Alimentação das Forças Armadas, criados pelos Decretos 92.222/1985, e Portaria 1.192/D3, de 16 de abril de 1986.

O FMD, também descentralizou crédito e financeiro para o Comando da Aeronáutica, como complemento de dotações orçamentárias insuficientes para aquele Comando para aquisição de combustíveis de aviação.

O FMD não realiza licitação de qualquer natureza, tendo em vista que não é Unidade Executora de Ações e/ou Programas de Governo.

Considerando o *quadro A1 – relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os conteúdos gerais do relatório de gestão letra “g”*, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, os subitens 2.1 – *Informações sobre o planejamento estratégico da unidade* e 2.2 – *Informações sobre as estratégias adotadas para atingir os objetivos estratégicos*, embora aplicáveis aos fundos, não se aplicam a este RG.

Finalmente, quanto ao item 12, o Ministério da Defesa enviou para Casa Civil da Presidência da República, Exposição de Motivos nº 00166/2012 MD MF MP, de 28 de setembro de 2012, submetendo à superior deliberação da Excelentíssima Senhora Presidenta da República o projeto de lei que dispõe sobre atualização das regaras do Fundo do Ministério da Defesa (FMD) e regovando a Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985.



RELATÓRIO DE GESTÃO/2012

O quadro a seguir demonstra a vinculação da Unidade Jurisdicionada.

I - QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo do Ministério da Defesa			
Denominação abreviada: FMD			
Código SIORG: 041066	Código LOA: 52901	Código SIAFI: 111415	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundo			
Principal Atividade: Orçamentária e Financeira			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de contato:	(061)3312-4214	(061)3312-4195	(061)3312-4320
E-mail: Fundomd.@defesa.gov.br			
Página na Internet: http://www.defesa.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", sala 243, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985. Cria o Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas – FEMFA e dão outras providências (DOU de 23 de dezembro de 1985), nomenclatura alterada pelo art. 17-A da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, Fundo do Ministério da Defesa (FMD).			
Decreto nº 92.222, de 27 de dezembro 1985. Aprova o Regulamento do Fundo do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA (DOU de 30 de dezembro de 1985), alterado pelo Decreto nº 2.602, de 22 de maio de 1998.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 142/MD, de 25 de janeiro de 2008. Aprova o Regimento Interno do Ministério da Defesa (DOU de 28 de janeiro 2008).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica l			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Concedeu Crédito		
110404	Departamento de Administração Interna-Deadi		
772001	Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha – Sistema País		
160509	Secretaria de Economia e Finanças – SEF Gestor		
120002	Secretaria de Economia e Finanças/SEFA		
	Concedeu Financeiro		
110404	Departamento de Administração Interna-Deadi		
773001	Diretoria de Finanças da Marinha-DFM		
160075	Diretoria de Contabilidade – D Cont		
120002	Secretaria de Economia e Finanças/SEFA		
	Recebeu Financeiro referente à Taxa de PNR		
110404	Departamento de Administração Interna-Deadi		
773200	Pagadoria de Pessoal da Marinha –PAPEM- PAÍS		
160063	Centro de Pagamento do Exército-CPEX		
120006	Grupamento de Apoio de Brasília-GAP		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro		



1.2. Finalidade e Competência Institucionais da unidade jurisdicionada.

Compete ao Fundo do Ministério da Defesa de acordo com o Decreto nº 92.222/85:

“Art. 1º O Fundo do EMFA, criado pela Lei 7.448, de 20 de dezembro de 1985, é um Fundo de natureza contábil, destinado a integrar todos os recursos financeiros existente no âmbito do EMFA, com exceção dos recursos orçamentários”.

“Art. 2º Os recursos do Fundo do EMFA, que terão caráter rotativo, deverão ser aplicados como complemento de dotações orçamentárias insuficientes ou para atender despesas não previstas no Orçamento do EMFA, com vistas a facilitar as tarefas da alçada da Vice-Chefia, das Subchefias, das Comissões Permanentes e do Gabinete.”

A finalidade e competência do Fundo do Ministério da Defesa (FMD) é prover a administração central do Ministério da Defesa e aos Comandos das Forças Armadas, os meios administrativos para implementação do planejamento aprovado e executado dentro da Ação 2000 – Administração da Unidade, conforme estabelecem os artigos 1º e 2º do Decreto nº 92.222/85 e Portaria 1.192/D3, de 16 de abril de 1986.

O objetivo é atender o Ministério da Defesa no que compete à manutenção dos imóveis funcionais sob sua jurisdição, como também atender os comandos militares com ações referentes à pesquisa na área de segurança alimentar das Forças Armadas.

O Plano de Aplicação Orçamentária foi executado com sucesso, sendo que foram utilizados 97,67% de crédito orçamentário posto à disposição do FMD no exercício de 2012, deixando de ser utilizado 2,33% do crédito orçamentário aprovado para o exercício. Assim sendo, sua aplicação atendeu as necessidades planejadas.

As metas referentes às aplicações dos recursos com PNR e ações do Fundo de Rações Operacionais (FRO), foram atingidas dentro dos objetivos propostos.

1.3. Apresentação do organograma funcional

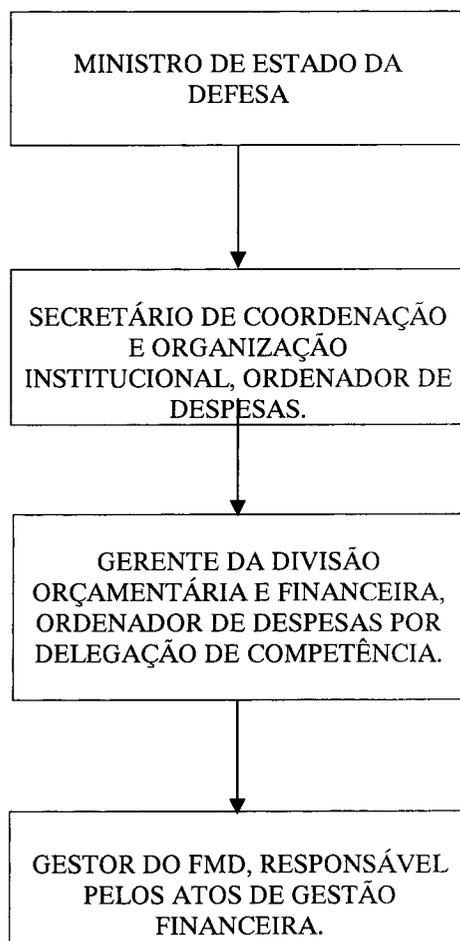
O organograma abaixo apresenta a hierarquia funcional do Fundo do Ministério da Defesa.

O Ministro de Estado da Defesa é o Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada (UJ), Código 001 Natureza de Responsabilidade do Rol de Responsável no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O Secretário de Coordenação e Organização Institucional (Seori) é o Ordenador de Despesas, responsável pela autorização das despesas por meio do Plano de Aplicação Orçamentária. Código 100 da Natureza de Responsabilidade do Rol de Responsável no Siafi.

O gerente da Divisão Orçamentária e Financeira (Deadi) é o Ordenador de Despesas por Delegação de Competência, que é o responsável pela execução do planejamento. Código 103 da Natureza de Responsabilidade do Rol de Responsável no Siafi.

O Gestor do Fundo do Ministério da Defesa (FMD) é responsável pelos atos de Gestão Financeira. Código 138 da Natureza de Responsabilidade do Rol de Responsável no Siafi.





2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

2.3. Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando, por exemplo:

a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;

O valor de R\$ 1.401.291,52 (hum milhão quatrocentos e um mil duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos), foram às despesas programadas e executadas com os imóveis funcionais, que são administrados pela Divisão de Patrimônio, Obras e Serviços (DIPOS/COPAL), a qual é a responsável pela gerência dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) do Ministério da Defesa.

O valor de R\$ 1.056.000,00 (hum milhão e cinquenta e seis mil), programado para a reforma da fachada do Bloco "G" da SQN 211, não foi executado tendo em vista a demora na realização da licitação, como se tratar de fachada de prédio, é de se observar o período de chuva em Brasília. Esses recursos foram descentralizados para outras atividades na conservação dos PNR e para complementação de dotação orçamentária.

O valor de R\$ 889.000,00 (oitocentos e oitenta e nove mil reais), foi destinado ao Comando da Aeronáutica, como complemento de dotações orçamentárias insuficientes para aquele Comando, com aquisição de combustível de aviação.

O valor de R\$ 343.408,68 (trezentos e quarenta e três mil quatrocentos e oito reais e sessenta e oito centavos), foi utilizado com atividade de pesquisa na área de alimentação das forças armadas com recurso do FRO.

O valor de R\$ 63.005,80 (sessenta e três mil cinco reais e oitenta centavos), saldo não utilizado pela UJ, e que ficou em crédito disponível no Siafi.

b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso;

A execução das ações foi atendida em 97,67% do previsto no planejamento para o exercício de 2012.

c) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

Não houve impacto significativo, tendo em vista que sua ação é para manutenção dos imóveis funcionais do MD.



O quadro a seguir demonstra a execução dos recursos do FMD, conforme o Plano de Aplicação Orçamentária para o exercício de 2012.

PLANO DE APLICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		VALOR INICIAL	ACRESCIMO/DECRESCIMO	VALOR TOTAL
Ação - 2000 - Administração da Unidade				
1 - Despesa com Taxa Ordinária		112.863,00	-8.380,55	104.482,45
2 - Despesa com Taxa Extraordinária		444.835,00	223.786,52	668.621,52
3 - Despesas nos Edifícios das Associações de Compossuidores/PNR		200.000,00	-115.157,20	84.842,80
4 - Reforma da Fachada do Bloco G da SQN 211		1.056.000,00	-1.056.000,00	0,00
5 - Despesa com Taxa de Limpeza Pública/TLP		29.245,00	-6.760,08	22.484,92
6 - Despesas com Energia Elétrica nos PNR Desocupados		4.293,00	0,00	4.293,00
7 - Despesas com água de PNR desocupados		994,00	-794,00	200,00
8 - Material elétrico e eletrônico		18.000,00	-16.530,00	1.470,00
9 - Manutenção de bens móveis		15.000,00	-12.959,18	2.040,82
10 - Aquisição de material para o apartamento do Senhor Ministro de Estado da Defesa		25.000,00	-21.027,00	3.973,00
11 - Manutenção e Conservação dos PNR		445.594,00	-27.670,99	417.923,01
12 - Adequação das instalações de combate e prevenção a incêndio dos Blocos "T" e "S" da SQS 402.			90.000,00	90.000,00
13 - Destaque para o Comando da Aeronáutica, com a finalidade de aquisição de combustíveis de aviação.			889.000,00	889.000,00
14 - Aquisição de equipamento de proteção, segurança e socorro.			960,00	960,00
TOTAL FMD		2.351.824,00	0,00	2.290.291,52
DESPESAS PROGRAMADAS PARA O FUNDO DE RAÇÕES OPERACIONAIS - FRO				
PROGRAMA - 2108- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		VALOR INICIAL	ACRESCIMO/DECRESCIMO	VALOR TOTAL
Ação - 2000 - Administração da Unidade				
3.3.90.14	Diária Pessoal Civil	1.328,00	-1.328,00	0,00
3.3.90.15	Diária Pessoal Militar	41.112,00	-25.117,60	15.994,40
3.3.90.33	Passagens	55.000,00	-50.804,55	4.195,45
3.3.90.30	Material de Consumo	51.428,00	101.860,06	153.288,06
3.3.90.39	Serviços de Terceiros - P.Jurídica	116.014,00	-25.800,00	90.214,00
4.4.90.52	Material Permanente	80.000,00	-283,23	79.716,77
TOTAL		344.882,00		343.408,68
TOTAL FRO				343.408,68
RESUMO DAS DESPESAS EXECUTADAS				
TOTAL DAS DESPESAS PROGRAMADAS COM PNR E COMPLEMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS INSUFICIENTES PARA O COMANDO DA AERONÁUTICA				2.290.291,52
TOTAL DAS DESPESAS PROGRAMADAS COM FRO				343.408,68
TOTAL GERAL				2.633.700,20
SALDO DE CRÉDITO DISPONÍVEL				63.005,80



3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

O quadro a seguir demonstra com é o funcionamento da estrutura interna do FMD

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica:</p> <p>a) Ambiente de Controle; Os controles dos recursos do FMD são realizados no âmbito da Unidade Gestora Fundo do Ministério da Defesa, de acordo com as regras estabelecidas para o funcionamento do Fundo.</p> <p>b) Avaliação de risco; Não houve avaliação de risco no exercício de 2012.</p> <p>c) Atividade de controle; São instruídos processos para o controle e o acompanhamento dos atendimentos das demandas e das descentralizações orçamentárias e financeiras.</p> <p>d) Informação e comunicação; Os setores responsáveis pelo acompanhamento da execução orçamentária e financeira estão sempre nos informando mediante comunicação interna sobre qualquer divergência na aplicação dos recursos do FMD.</p> <p>e) Monitoramento. A execução orçamentária e financeira é sempre reavaliada com vistas ao atendimento das demandas oriundas do Deadi e dos Comandos das Forças.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					



4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Relação dos programas do Plano Plurianual vigente para o exercício de 2012:

a) **Identificação do programa;**

2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

b) **Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa;**

No exercício de 2012, a dotação autorizada para o FMD foi de R\$ 2.826.890,00 (dois milhões oitocentos e vinte e seis mil oitocentos e noventa reais), sendo que houve contingenciamento pela SOF no valor de R\$ 130.184,00 (cento e trinta mil cento e oitenta e quatro reais).

O valor disponibilizado na LOA/2012 foi de 2.696.706,00 (dois milhões seiscentos e noventa e seis mil setecentos e seis reais), sendo utilizado conforme autorização do Senhor Secretário de Coordenação e Organização Institucional (Seori).

Desse valor foram efetuadas as descentralizações internas, atendidas conforme solicitação do Deadi, para atender as necessidades de aplicação dos recursos nos imóveis funcionais do MD e residência oficial do Senhor Ministro de Estado da Defesa. Houve também, destaque de crédito e financeiro como complemento de dotações orçamentárias insuficientes para o Comando da Aeronáutica.

As demais descentralizações externas foram de acordo com a programação de gasto planejada pelo Fundo de Rações Operacionais (FRO).

O saldo não utilizado deixou de ser aplicado em melhoria dos PNR.

O quadro abaixo demonstra como foram descentralizados os créditos orçamentários do FMD no exercício de 2012:

DOTAÇÃO AUTORIZADA PELA SOF

Dotação Inicial	2.826.890,00
(-) Descentralização Interna de Crédito	-1.401.291,52
(-) Descentralização Externa de Crédito	-1.232.408,68
(-) Crédito contingenciado pela SOF	-130.184,00
(+) Crédito em Custeio não utilizado	47.601,57
(+) Crédito em Investimento não utilizado	15.404,23
Crédito não utilizado pelo FMD	63.005,80



O quadro abaixo demonstra como foram utilizados, pelo Deadi, os recursos do FMD no exercício de 2012.

DESPESAS EXECUTADAS PELO DEADI COM RECURSOS DO FMD / FRO

ELEMENTO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
33901514	DIARIAS NO PAIS	15.294,40
33903021	MATERIAL DE COPA E COZINHA	54,00
33903024	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	2.040,82
33903026	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.470,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	4.677,45
33903902	CONDOMINIOS	822.193,02
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	146.238,38
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	3.352,42
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	180,87
33904702	IMPOSTO S/ PROP. PREDIAL E TERRIT.URBANA-IPTU	22.484,92
33909314	RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	218,00
44905206	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	130,00
44905212	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.809,00
44905224	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	960,00
44905251	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	1.980,00
TOTAL		1.023.083,28

Fonte: Siafi Gerencial

O quadro a seguir demonstra os gastos utilizados pelo Comando da Marinha com recursos do FRO em pesquisa na área de alimentação das Forças Armadas.

DESPESAS EXECUTADAS PELO COMANDO DA MARINHA

UG Executora					
Natureza da Despesa Detalhada		771300 COMRJ	773200 PAPEM- PAIS	791901 CAAML	TOTAL
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	14.990,87	5.000,00		19.990,87
33903963	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS			7.750,00	7.750,00
TOTAL		14.990,87	5.000,00	7.750,00	27.740,87

Fonte: Siafi Gerencial

A responsabilidade pela utilização dos recursos é da UG executora



O quadro a seguir demonstra os gastos utilizados pelo Comando do Exército com recursos do FRO em pesquisa na área de alimentação das Forças Armadas.

DESPESAS EXECUTADAS PELO COMANDO DO EXÉRCITO

UG Executora				
Natureza da Despesa Detalhada		160055 16 B LOG	160249 AMAN	TOTAL
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	5.471,66	5.000,00	10.471,66
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE		2.683,80	2.683,80
33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO		2.337,70	2.337,70
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS		3.777,22	3.777,22
33903963	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS		4.686,30	4.686,30
TOTAL		5.471,66	18.485,02	23.956,68

Fonte: Siafi Gerencial

A responsabilidade pela utilização dos recursos é da UG executora.

O quadro a abaixo demonstra os gastos utilizados pelo Comando da Aeronáutica com recursos do FRO em pesquisa na área de alimentação das Forças Armadas e com aquisição de combustível de aviação, como complemento de dotações orçamentárias insuficientes com recursos do FMD.

DESPESAS EXECUTADAS PELO COMANDO DA AERONÁUTICA COM RECURSOS DO FMD / FRO

UG Executora											
Natureza da Despesa Detalhada		120003 VI COMAR	120004 BABR	120029 BAAF	120034 DCI	120060 AFA	120071 CELOG	120081 BAPV	120082 BAMN	120085 BABV	TOTAL
33903002	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO						889.000,00				889.000,00
33903005	EXPLOSIVOS E MUNICOES		1.124,06								1.124,06
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO		18.875,60						19.999,94		38.875,54
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	19.999,92									19.999,92
33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO			9.977,09				19.958,72			29.935,81
33903024	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES					8.600,00		36,00			8.636,00
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	19.000,00		29.988,30					19.891,90		68.880,20
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS					2.399,00				9.930,00	12.329,00
33903979	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL				1.995,16						1.995,16
44905212	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS			69.717,77							69.717,77
44905233	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO					7.110,00					7.110,00
44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS					2.889,00					2.889,00
TOTAL		38.999,92	19.999,66	109.683,16	1.995,16	20.998,00	889.000,00	19.994,72	39.891,84	9.930,00	1.150.492,46

Fonte: Siasi Gerencial

A responsabilidade pela utilização dos recursos é da UG executora.



[Handwritten signature]



c) Avaliação dos resultados dos indicadores associados ao programa;

Embora o programa não tenha avaliação de resultados nem indicadores associados ao programa, o parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do FMD pautou-se em verificar se foi possível atender as solicitações de recursos orçamentários e financeiros feitas pelas Unidades e Órgão vinculados ao MD.

d) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas;

O contingenciamento de crédito pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) não afetou o desenvolvimento dos trabalhos planejados para o exercício, face o plano de aplicação orçamentária ter sido posto em prática após a liberação dos créditos.

e) Reflexos dos restos a pagar na execução dos programas.

Os restos a pagar foram atendidos dentro da disponibilidade financeira para o exercício de 2012, não impactando as atividades no resultado das ações propostas pelo FMD.

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação;

Função: 05 Defesa Nacional

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa de Vinculação da Ação: 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros;

O programa não determina metas físicas, porém as metas financeiras foram atingidas em 97,67% dos créditos orçamentários posto à disposição do FMD no exercício de 2012, deixando de ser utilizado 2,33% do crédito orçamentário aprovado para o exercício, não causando impactos significativos nas ações planejadas.

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações;

O contingenciamento não afetou o desempenho da ação, o qual foi utilizado 97,67% do previsto para o exercício.

d) Reflexo dos restos a pagar na execução das ações.

Considerando que o valor do financeiro é sempre maior que o valor do orçamento do FMD, o valor inscrito em Restos a pagar não impactou a execução orçamento de 2012.

4.3. Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:

a) Identificação das unidades orçamentárias (UO) consideradas no relatório de gestão;

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SLAFI da UGO
Fundo do Ministério da Defesa	52901	111415



b) Programação orçamentária das despesas correntes;

Do quadro abaixo foram excluídas as colunas 1) Pessoal e Encargos Sociais, e 2) Juros e Encargos da Dívida, faces essas despesas não se aplicarem na UJ.

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes	
		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios	
		2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	2.596.706,00	1.222.685,00
	PLOA	2.596.706,00	1.222.685,00
	LOA	2.596.706,00	1.222.685,00
CRÉDITOS	Suplementares		
	Especiais	Abertos	
		Reabertos	
	Extraordinários	Abertos	
		Reabertos	
Créditos Cancelados			
Outras Operações			
Total		2.596.706,00	1.222.685,00

Fonte: Siafi

Do quadro abaixo foram excluídas as colunas 5) Inversões Financeiras, e 6) Amortização da Dívida, faces essas despesas não se aplicarem na UJ.

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes		
		4- Investimento		
		Exercícios		
		2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	100.000,00	891.821,00	
	PLOA	100.000,00	891.821,00	
	LOA	100.000,00	891.821,00	
CRÉDITOS	Suplementares			
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
	Créditos Cancelados			
Outras Operações				
Total		100.000,00	891.821,00	

Fonte: Siafi



QUADRO RESUMO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FMD NO EXERCÍCIO DE 2012.

1 - Despesas com Taxa Ordinária de PNR desocupado	104.482,45
2 - Despesas com Taxa Extraordinária de PNR	668.621,52
3 - Despesas nos Edifício as Associações de Compossuidores	84.842,80
4 - Despesas com Taxa de Limpeza Pública/TLP	22.484,92
5 - Despesas com Energia Elétrica do PNR Desocupados	4.293,00
6 - Despesas com Água de PNR desocupados	200,00
7 - Material Elétrico e Eletrônico	1.470,00
8 - Manutenção de Bens Móveis	2.040,82
9 - Aquisição de material para PNR do Senhor Ministro de Estado da Defesa	3.973,00
10 - Manutenção e Conservação dos PNR	417.923,01
11 - Instalações de Combate a Incêndio Bls T e S da SQS 402	90.000,00
12 - Destaque para Comando da Aeronáutica	889.000,00
13 - Aquisição de equipamento de proteção, segurança e socorro	960,00
14 - Diária de Pessoal Militar	15.994,40
15 - Passagens	4.195,45
16 - Material de Consumo	153.288,06
17 - Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica	90.214,00
18 - Material Permanete	79.716,77
TOTAL DOS GASTOS	2.633.700,20



c) Movimentação de créditos interna e externa;

As descentralizações de crédito (Deadi), e os destaques de crédito (Comandos) disponibilizados pelo FMD, atenderam o previsto no Plano de Aplicação Orçamentária do exercício de 2012, conforme está demonstrado no quadro a seguir:

Órgão/Unidade Beneficiada			Desc.Externa de Crédito	Desc. Interna de Crédito
MD	110404	Departamento de Administração Interna	-	1.421.481,37
Comanda da Marinha	772001	DGOM – Sistema País	27.740,87	-
Comando do Exército	160509	SEF – Gestor	33.985,50	-
Comando da Aeronáutica	120002	Secretaria de Economia e Finanças/SEFA	1.150.492,46	-
Total			1.212.218,83	1.421.481,37

5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

O saldo empenhado pelo Deadi em 2011 que ficou inscrito em restos a pagar para 2012 foi de R\$ 364.434,31 (trezentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), desse valor R\$ 31.745,21 (trinta e um mil setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos), foi anulado.

Do quadro abaixo, foi excluída a tabela referente a Restos a Pagar Processados, tendo em vista não haver saldos a declarar.

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	364.434,31	-31.745,21	332.689,10	0,00
2010	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial



5. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

O quadro a seguir trata-se das recomendações do Órgão de Controle Interno no exercício de 2012, no qual foi atendido.

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA			041066
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota nº 013/2012/Geafo/Ciset-MD	3	Memorando nº 111/2012/Geafo/Ciset-MD
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA			041066
Descrição da Recomendação			
"25. Assim, em vista do exposto, sugiro recomendar à unidade que, quanto à conta nº 6009000027, agência 0875 – Ministério da Defesa, da Caixa Econômica Federal, vinculada ao CNPJ do FMD, solicite o encerramento da citada conta à Caixa Econômica Federal".			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA			041066
Síntese da Providência Adotada			
O FMD expediu Ofício à Caixa Econômica Federal nº 4.278/FMD/Diofi/Deadi/Seori-MD, de 20 de abril de 2012, solicitado o encerramento da citada conta, objeto do Ofício nº 9.525/FMD/Deadi/Diofi/Seori-MD, de 25 de agosto de 2011, no qual solicitou o encerramento, tendo em vista recomendação do Tribunal de Contas da União "Contas bancárias irregulares cujos titulares são órgão e entidade do Poder Executivo Federal. (Referência: Acórdão nº 661/2011 – TCU – Plenário, de 23/03/2011)".			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Caixa Econômica Federal mediante Ofício nº 035/2012 – Agência Ministério da Defesa, de 30 de abril de 2012, informou que a mesma não pode ser encerrada, mas justifica que o CNPJ já foi alterado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fato positivo é que deixou de existir uma conta que não tinha nada haver com as atividades do FMD, ou seja, estava usando o CNPJ da UJ indevidamente.			



7. DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

Este quadro, de acordo com a declaração da contadora demonstra que as contas deste fundo estão conforme as normas da contabilidade pública.

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA			111415
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado do Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

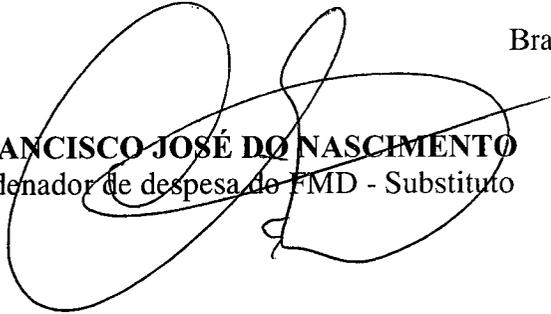
CONCLUSÃO

O Fundo do Ministério da Defesa não executou seu orçamento de 2012, apenas descentralizou crédito e financeiro à administração central do MD e aos Comandos Militares. O orçamento do FMD é disponibilizado na LOA de acordo com o que é arrecadado com os rendimentos de aplicação financeira, com taxa de concessão de direito real de uso de área pública da administração central do MD, e com taxa de uso de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), sendo que sua maior fonte de receita é a de aplicação financeira (61,08% do valor arrecadado).

Considerando que o orçamento do FMD visa atender as despesas não previstas no orçamento da administração central do MD e dos Comandos, essas entidades foram, portanto, atendidas com recursos do FMD.

É oportuno destacar que o contingenciamento estabelecido pela SOF não impactou a execução orçamentária em 2012.

Brasília, 30 de abril de 2013.


FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO
Ordenador de despesa de FMD - Substituto